

EFEITO DAS FAMÍLIAS SEM TRABALHO SOBRE A POBREZA NO BRASIL: O QUE OS DADOS DE 2012 A 2019 REVELAM?

Área 1 – Economia

Kelly Alice Barbosa Macêdo

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE-UFJF). Graduada e Mestre pelo PPGECON-UFPE.

Juiz de Fora – Minas Gerais (36016070). E-mail: kellyabmacedo@gmail.com.

Danyella Juliana Martins de Brito

Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECON-UFPE). Doutora em Economia pelo CEDEPLAR-UFMG.

Caruaru – Pernambuco (55012-040). E-mail: danyella.brito@ufpe.br.

Resumo

O presente artigo visa compreender os efeitos das estruturas familiares sem trabalho sobre a taxa de pobreza no Brasil urbano, entre 2012 e 2019, utilizando os microdados individuais da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua. Os achados evidenciam a importância do aumento da taxa de famílias sem trabalho para o aumento do índice de polarização da oferta de trabalho, que permanece negativo para o Brasil durante o período analisado. A partir deste estudo é possível subsidiar políticas públicas que visem reduzir as disparidades regionais em termos de famílias sem trabalho e seu impacto na taxa de pobreza.

Palavras-chave: famílias sem trabalho; pobreza; Brasil

Área: Economia

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código Financiamento 001.

I. INTRODUÇÃO

Mudanças no mercado de trabalho, geralmente, são acompanhadas de preocupações sobre baixos salários, qualidade do emprego, mobilidade social e resultados de pobreza. Nesse contexto, torna-se iminente as vulnerabilidades sociais associadas à incidência de famílias sem renda proveniente do trabalho. A dinâmica do mercado de trabalho guarda uma estreita relação com os índices de pobreza (SHILDRICK, RUCCELL, 2015).

Famílias sem trabalho são caracterizadas como aquelas em que todos os adultos residentes estão desocupados, sem acesso a qualquer rendimento do trabalho. A quantidade de famílias sem trabalho consiste em um importante indicador de bem-estar social, dado que pertencer a este tipo de família eleva significativamente as probabilidades de viver em situação de pobreza e privação de renda (GREGG, WADSWORTH, 1996; OECD, 1998; DICKENS, ELLWOOD, 2001). Este estudo considera domicílios com apenas uma família, que pode ser unipessoal, composta por uma pessoa, ou nuclear, normalmente composta por pais e filhos (IBGE, 2021).

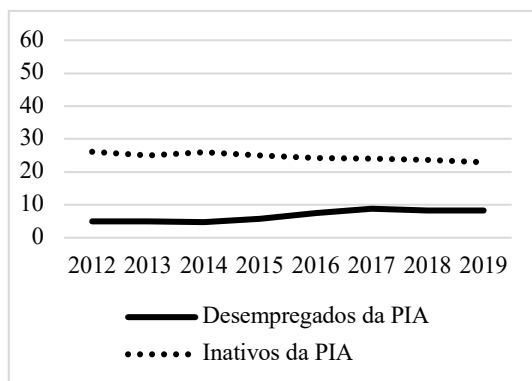
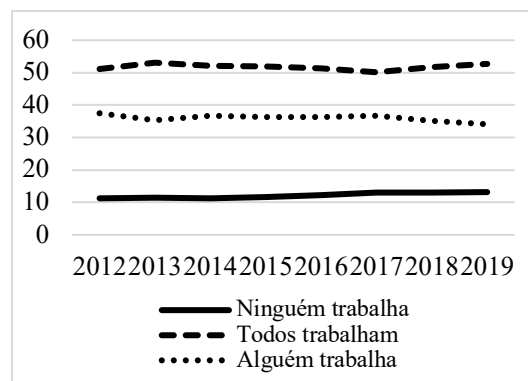
Seguindo Gregg e Wadsworth (2001) e Gregg *et al.* (2010), é possível construir um índice de polarização da oferta de trabalho familiar, que mensura a distribuição do trabalho entre as famílias, de forma a verificar se essa distribuição se dá de forma desigual. O cálculo é feito a partir da diferença entre a taxa de famílias sem trabalho efetivamente observada (percentual de famílias com todos os seus membros adultos desocupados) e a taxa prevista de família sem trabalho, sendo esta última o resultado de uma distribuição aleatória do trabalho entre os agregados familiares (GREGG, WADSWORTH, 2001). Um resultado positivo para a polarização significa que o trabalho está concentrado em determinadas famílias — a taxa real de famílias sem trabalho é maior do que a taxa prevista. Uma polarização negativa significa que o trabalho tal como está distribuído entre os indivíduos gera menos famílias sem trabalho do que seria constatado no caso de uma distribuição aleatória. Quando a taxa de polarização assume valor zero, a taxa observada é igual à prevista, ou seja, o trabalho é distribuído de maneira similar ao que uma distribuição aleatória prever.

Desse modo, investigando a distribuição do trabalho entre as famílias, torna-se factível associar a evolução das taxas de famílias sem trabalho com as taxas de pobreza. A Figura 1 ajuda a compreender a importância dessa reflexão. Constata-se que a taxa de desemprego apresentou trajetória crescente, ao passo que a taxa de inatividade da população em idade ativa (PIA) decresce, após a crise econômica em 2014. Em 2014 iniciou-se uma crise econômica gerada por uma combinação de choques de oferta e demanda provenientes de erros de políticas econômicas, resultando numa queda do produto interno bruto de 3,7% e em risco de insolvência das finanças públicas (BARBOSA FILHO, 2017). Os percentuais de famílias com pelo menos um adulto trabalhando se manteve em níveis elevados, em torno de 90%, por outro lado, o percentual de famílias em que ninguém trabalha aumentou de 11,35%, em 2012, para 13,19%, em 2019. As variações positivas na taxa de desemprego individual possivelmente contribuem para o aumento do número de famílias sem trabalho no período analisado. Esse aumento é preocupante especialmente para a análise de indicadores sociais e de bem-estar, como a taxa de pobreza.

Ademais, analisar as famílias sem trabalho e o seu efeito sobre a pobreza familiar mostra-se uma questão de pesquisa relevante, dado que sinaliza um problema econômico e social que acomete todas as regiões do país. A partir deste estudo é possível diagnosticar a situação da população sem renda do trabalho, o que pode subsidiar políticas públicas regionais, que visem mitigar as disparidades regionais em termos de famílias sem trabalho e seu consequente impacto na taxa de pobreza.

Figura 1 – Desocupados da PIA e distribuição do trabalho entre as famílias, Brasil urbano, 2012-2019 (em percentual)

(a) Taxas de desemprego e inatividade individuais

(b) Percentual de famílias por *status* ocupacional^(a)

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua de 2012 a 2019. ^(a) Para o percentual de famílias em que alguém trabalha considera-se que pelo menos um adulto na família trabalha, mas não todos. Nota: Para o percentual de famílias em que alguém trabalha considera-se que pelo menos um adulto na família trabalha, mas não todos.

Portanto, este estudo visa responder o seguinte questionamento: como a distribuição do trabalho entre as famílias impacta na taxa de pobreza no Brasil urbano? A hipótese adotada é a de que mudanças no índice de polarização da oferta de trabalho familiar podem promover alterações nas taxas de pobreza, dada a concentração do trabalho em determinadas famílias.

Diante da importância desta discussão pouco explorada no Brasil, o objetivo central deste estudo consiste em verificar, empiricamente, como as famílias sem trabalho explicam as taxas de pobreza familiares e suas variações no período de 2012 a 2019, no Brasil urbano. Para alcançar este objetivo, mensura-se o percentual de famílias sem trabalho e a polarização da oferta de trabalho familiar e, na sequência, é realizada a decomposição da taxa de pobreza familiar (GREGG, WADSWORTH, 2001; GREGG *et al.*, 2010; CORLUY, VANDENBROUCKE, 2013). A decomposição da medida de pobreza visa avaliar os determinantes da taxa de pobreza. Para tanto, são utilizados os microdados da PNAD Contínua, de 2012 a 2019.

O artigo está estruturado em mais quatro seções adicionais. Na próxima seção tem-se uma discussão acerca dos estudos relacionados ao tema. Na terceira seção tem-se a estratégia empírica utilizada para o exame da polarização da oferta de trabalho familiar e decomposição da taxa de pobreza das famílias. As duas seções restantes são dedicadas à discussão dos resultados e à conclusão.

II. REVISÃO DA LITERATURA

1. Distribuição do trabalho entre as famílias

Nas últimas décadas, alguns estudos direcionaram seu foco para a lacuna existente entre as medidas de desemprego, ao nível individual e domiciliar, e a distribuição desigual do trabalho entre as famílias (GREGG, WADSWORTH, 1996; DAWKINS *et al.*, 2002; GREGG *et al.*, 1999, 2010). Lehmann e Wadsworth (1997) analisam a probabilidade de os grupos familiares transitarem da situação de não trabalho para situação de trabalho, considerando as características dos indivíduos ou de seus trabalhos, além da ocorrência de famílias sem trabalho. No final da década de 1990, Ercolani e Jenkins (1998), buscando desvincular a polarização da oferta de trabalho familiar do papel de principal determinante do aumento da desigualdade de renda, mostram que este aumento é explicado, em grande parte, pela elevação da desigualdade entre as famílias sem trabalho e entre as famílias ricas em trabalho.

A temática da distribuição desigual do trabalho entre as famílias ganha destaque com o estudo de Gregg e Wadsworth (1996), que discute a crescente polarização da oferta de trabalho familiar entre 1975 e 1993 na Grã-Bretanha. A relação entre a composição familiar e a

distribuição de trabalho entre as famílias também é abordada em Gregg *et al.* (1999). Neste estudo, os autores notam que cerca de um terço do aumento do número de famílias sem trabalho verificado na Grã-Bretanha, entre os anos de 1970 a 1990, é explicado por mudanças na estrutura familiar e na oferta de trabalho.

Gregg e Wadsworth (2001) e Gregg *et al.* (2010) constroem um índice de polarização da oferta de trabalho familiar, que visa mensurar a magnitude e os determinantes da distribuição desigual do trabalho entre as famílias britânicas. O índice mede a diferença entre a taxa real de não trabalho dos arranjos familiares e a taxa contrafactual resultante da distribuição aleatória do trabalho na população. Uma série de estudos empíricos realizados para Grã-Bretanha, Espanha, Alemanha, EUA e Austrália, constatam uma crescente disparidade entre as medidas de não trabalho, baseadas na abordagem familiar e individual, e uma tendência ascendente da polarização da oferta de trabalho familiar, mesmo que a magnitude deste fenômeno varie de país para país (GREGG *et al.*, 2000; GREGG, WADSWORTH, 2001, 2008). Ademais, alguns estudos observam a polarização condicional, verificando se características individuais comuns aos membros da família, tais como sexo, idade, cor da pele, região de residência e escolaridade podem torná-los mais propensos a vivenciar a situação de não trabalho (GREGG, WADSWORTH, 2001; GREGG, WADSWORTH, 2008; GREGG *et al.*, 2008).

Dawkins *et al.* (2002), em seu estudo para a Austrália, relacionam o aumento da polarização da oferta de trabalho familiar às mudanças na estrutura familiar, usando a abordagem metodológica desenvolvida por Gregg e Wadsworth (2001). Os autores verificam que esta polarização afeta de modo mais adverso as famílias com crianças e famílias que pagam aluguel, sendo real a possibilidade destes resultados gerarem consequências negativas para o bem-estar das gerações futuras. Gregg *et al.* (2010) decompõem o índice de polarização da oferta de trabalho familiar e constatam a presença desse fenômeno em todos os tipos de agregados familiares¹, de modo que estes resultados derivam de fatores internos da família — características individuais e familiares².

Existem poucos trabalhos que se dedicam a aplicar os estudos de Gregg e Wadsworth (1996, 2001) e Gregg *et al.* (2010) para o Brasil (SCORZAFAVE, MENEZES FILHO, 2007; BRITO, OLIVEIRA, 2021). Scorzafave e Menezes Filho (2007) exploram a polarização da oferta de trabalho familiar entre os domicílios brasileiros utilizando os dados da PNAD para os anos de 1981 a 2003. Os referidos autores mostram que, no Brasil, os resultados da polarização apresentaram-se menor, comparativamente ao que foi observado nos países investigados pela literatura internacional. Não obstante tenham encontrado que a alteração na composição do domicílio pouco contribui para o aumento da polarização da oferta de trabalho familiar, Scorzafave e Menezes Filho (2007) mostram que 85% do aumento deste fenômeno ocorreu dentro de unidades familiares compostas por dois adultos que não trabalhavam. Brito e Oliveira (2021), em um estudo sobre o efeito das mudanças nos arranjos familiares sobre as variações da oferta de trabalho, analisam o período que compreende os anos de 1993 a 2015 no Brasil urbano, e observam um aumento na polarização da oferta de trabalho familiar e no número de famílias sem trabalho ao longo dos anos.

Diante do exposto, este estudo contribui para a literatura correlata ao aprofundar a análise regional da polarização da oferta de trabalho familiar no Brasil. Ressalta-se ainda que esta pesquisa avança na discussão nacional ao associar a polarização da oferta de trabalho familiar à taxa de pobreza das famílias, isto é, o quantitativo de agregados familiares em situação de pobreza, no período de 2012 a 2019.

2. Abordagem familiar da pobreza

¹ O tipo de família é definido de acordo com o número de adultos em idade ativa na unidade familiar.

² A exemplo: idade do indivíduo, qualificação do indivíduo e região do domicílio.

O problema da alta incidência de famílias sem algum adulto inserido no mercado de trabalho faz emergir questões relacionadas à desigualdade, vulnerabilidade à pobreza e acesso a serviços básicos, uma vez que a falta de trabalho na família acarreta rendimentos familiares menores ou escassos³. Na Europa, alguns estudos apontam que viver em famílias sem trabalho eleva consideravelmente as chances de viver em situação de pobreza e privação de renda (DICKENS, ELLWOOD, 2001; OCDE 1998).

Nolen (2006) desenvolve uma medida de desemprego sensível ao modo como este é distribuído entre domicílios e indivíduos, e encontra resultados que demonstram que o desemprego das famílias tem forte correlação com a pobreza e outros indicadores de bem-estar. Graaf-Zijl e Nolan (2011) analisam o impacto da falta de trabalho nas famílias dos países da União Europeia sobre a pobreza e privação de rendimentos e encontram, no agregado, uma baixa associação entre a incidência de famílias sem trabalho e a porcentagem de pobreza, porém, a nível do indivíduo, estar em uma família sem trabalho tem um efeito significativo na probabilidade de estar em situação de pobreza, variando em termos de magnitude de um país para outro. Corluy e Vandebroucke (2013) contribuem com essa literatura ao relacionar as divergências das taxas de trabalho individuais e domiciliares ao risco de pobreza familiar, através da decomposição da taxa de pobreza, diferenciando as taxas de riscos de pobreza para alguns países da Europa - Áustria, Bélgica, Eslovênia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, e Reino Unido – e destacando que as divergências entre países são influenciadas por fatores como o tamanho médio das famílias e os distintos processos de feminização dos mercados de trabalho. Os autores assumem que uma família está em risco de pobreza quando nenhum membro adulto trabalha.

Na literatura nacional, a abordagem familiar da pobreza é destaque em alguns estudos (BARROS, MENDONÇA, 1991; MONTALI, LIMA, 2008, 2014). Barros e Mendonça (1991) desenvolvem um estudo exploratório que busca verificar se as consequências da pobreza são diferenciadas por gênero, idade e residir em região metropolitana (São Paulo, Fortaleza ou Porto Alegre). Os achados dessa investigação sugerem que as crianças são mais afetadas pela pobreza do que os adolescentes, e o bem-estar de meninas e meninos é sensível aos recursos econômicos de sua família, principalmente nos municípios de Fortaleza e Porto Alegre.

Montali e Lima (2008) investigam o acesso de famílias vulneráveis à pobreza aos programas de transferência de renda. Os autores verificam uma redução nos domicílios com rendimento zero localizados nas regiões metropolitanas do Brasil e assumem isso como uma evidência dos impactos de programas de transferências de renda.

Montali e Lima (2014) verificam uma maior vulnerabilidade à pobreza nas famílias recém-formadas e nas monoparentais de principal responsável mulher, cuja idade das mulheres é de até 34 anos. Este resultado para família é consequência da sua composição e suas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, rendimentos e da tradicional divisão sexual do trabalho na família, que afeta a inserção da mulher responsável pela família no mercado de trabalho.

Tendo em vista a lacuna existente na literatura nacional referente ao estudo do efeito de famílias sem trabalho sobre os indicadores de pobreza, a compreensão mais abrangente dessa relação é essencial, dado o contexto nacional de pobreza, vulnerabilidade, mudanças nas famílias e elevadas taxas de desemprego.

III. ESTRATÉGIA EMPÍRICA

O propósito deste estudo é decompor o efeito de famílias sem trabalho sobre a taxa de pobreza. O procedimento empírico se baseia nos estudos de Gregg e Wadsworth (2001) e Gregg

³ Uma família sem trabalho não necessariamente é uma família sem renda, dado que seus membros podem auferir renda não trabalho, como renda de transferências governamentais, aposentadorias e pensões.

et al. (2010), para o cálculo da polarização da oferta de trabalho familiar, e Corluy e Vandenbroucke (2013), para decomposição da taxa de pobreza.

1. Polarização da oferta de trabalho familiar

A taxa de não trabalho individual refere-se ao percentual de indivíduos desempregados e inativos na população em idade ativa. Neste estudo, utiliza-se o conceito de taxa de não trabalho, e não taxa de desemprego, com o intuito de capturar a população desalentada, o que é possível utilizando a seleção amostral apropriada (SCORZAFAVE, MENEZES FILHO, 2007; BRITO, OLIVEIRA, 2021).

Para Gregg e Wadsworth (2001) e Gregg *et al.* (2010) é possível construir, a partir da taxa de não trabalho individual, a taxa contrafactual (ou prevista) de não trabalho familiar, aquela que ocorreria caso o trabalho fosse distribuído aleatoriamente na população. Desse modo, a polarização da oferta de trabalho familiar mede se há mais (ou menos) famílias sem trabalho do que o previsto no caso de uma distribuição aleatória dos postos de trabalho entre os indivíduos, dado o tamanho das famílias, k , definido pelo número de membros adultos da família. Considerando n como a taxa agregada de não trabalho da população⁴, a taxa contrafactual de não trabalho em uma família com k adultos residentes no domicílio no período t é:

$$p_{kt} = n_t^k \quad (1)$$

Conforme k aumenta a taxa prevista de não trabalho aumenta exponencialmente. Gregg e Wadsworth (2001) salientam que quando o subscrito de tempo é desprezado, a taxa prevista de não trabalho se resume a uma média ponderada destas taxas domiciliares em que o peso é representado pelas parcelas de cada tipo de domicílio na população, s_k . Os tipos de domicílios são definidos empiricamente pelo número de adultos residentes no domicílio. Assim, a taxa prevista de famílias sem trabalho, quando o trabalho é distribuído aleatoriamente entre os indivíduos, é dada por:

$$\hat{w} = \sum_{k=1}^K s_k p_k = \sum_{k=1}^K s_k n^k \quad (2)$$

Nesse cenário hipotético todos os indivíduos apresentam a mesma probabilidade de não estarem trabalhando. Os autores definem a polarização da oferta de trabalho familiar como a diferença entre a taxa de domicílios sem trabalho efetivamente observada (w) e a taxa prevista (\hat{w}):

$$P = w - \hat{w} = \sum_{k=1}^K s_k w_k - \sum_{k=1}^K s_k n^k = \sum_{k=1}^K s_k (w_k - n^k) \quad (3)$$

onde w_k é a proporção de famílias com k membros adultos em que todos eles estão inativos ou desempregados. No caso em que o resultado da equação 3 é positivo tem-se uma maior proporção de famílias sem trabalho comparativamente ao número de famílias sem trabalho quando hipoteticamente o trabalho é distribuído aleatoriamente.

Gregg e Wadsworth (2008) salientam que a taxa de não trabalho prevista não considera a influência das características individuais na variação das taxas de não trabalho. Os autores destacam que características individuais comuns entre os membros de uma família podem torná-los mais propensos a vivenciar o desemprego simultaneamente. Para conseguir captar os efeitos de tais características substitui-se a taxa contrafactual de não trabalho na equação 1 pela taxa média de não trabalho por subgrupos desagregados de acordo com um vetor de características observáveis, X , que é dada por:

$$E(n_k|X) = n_X \quad (4)$$

A taxa prevista de famílias sem trabalho agora é igual ao produto das k probabilidades de não trabalho individuais (condicionais):

$$E[w_n^X | i, n, X] = \prod_{i=1}^l n_{xi} = w_{xi} \quad (5)$$

⁴ Engloba a taxa individual de não trabalho (formada por inativos e desempregados, com potencial de estar inserido no mercado de trabalho), de uma determinada localidade e em um ano específico.

Esta taxa apresenta qual seria a taxa de não trabalho familiar se o trabalho fosse distribuído aleatoriamente entre os indivíduos de acordo com o vetor de características observáveis considerado. Como a taxa prevista agora é baseada na taxa média de não trabalho de acordo com o vetor de características, X , a medida de polarização condicional se torna:

$$P_X = \sum_{k=1}^K s_k w_k - \sum_{k=1}^K s_k n_X^k = \sum_{k=1}^K s_k (w_k - n_X^k) \quad (6)$$

A equação acima, similar a equação 3, mede a polarização da oferta de trabalho familiar condicional. Tal medida permite uma interpretação mais detalhada da taxa de não trabalho individual, uma vez que leva em consideração diferentes probabilidades de estar sem trabalho devido a desagregação por características observáveis.

Os estudos de Gregg e Wadsworth (2008), para Grã-Bretanha, e de Scorzafave e Menezes Filho (2007), para o Brasil, analisam a desagregação por características da taxa de famílias sem trabalho prevista, possibilitando interpretar a taxa de não trabalho individual como a probabilidade de o indivíduo não estar trabalhando de forma mais precisa. Para este estudo, o vetor de características individuais observáveis utilizado para desagregar a taxa de famílias sem trabalho, é composto pelas características: sexo, idade, região de residência e escolaridade do responsável pela família (GREGG, WADSWORTH, 2001, 2008; SCORZAFAVE, MENEZES FILHO, 2007). Na tentativa de alcançar uma análise mais detalhada da distribuição de trabalho entre os agregados familiares, e que englobe elementos que traduzam os principais tipos de desigualdades presentes no Brasil, adiciona-se o aspecto de autodeclaração da cor da pele, do principal responsável, ao vetor de características individuais.

2. Decomposição da taxa de pobreza

A decomposição da taxa de pobreza corresponde a uma análise conjunta da distribuição do trabalho entre as famílias e da pobreza nas unidades domiciliares. Para isso, é necessário estabelecer uma relação entre trabalho e renda através dos dados extraídos da PNAD Contínua.

Diferenciando o agregado familiar pobre em trabalho daquele rico em trabalho, os conceitos apresentados por Gregg e Wadsworth (1996) definem o primeiro como aquele em que nenhum membro adulto está empregado na força de trabalho (família sem trabalho) e o segundo como aquele em que todos os membros adultos da família estão inseridos no mercado de trabalho. De Beer (2007) e Corluy e Vandembroucke (2013) apresentam o conceito de famílias ricas em trabalho definindo-as como aquelas em que pelo menos um membro adulto está empregado e famílias sem trabalho como aquelas em que nenhum membro adulto está participando ativamente do mercado de trabalho. No presente estudo, assume-se o conceito utilizado por De Beer (2007) e Corluy e Vandembroucke (2013) para famílias ricas em trabalho. A taxa de pobreza é dada pelo percentual de famílias com rendimento abaixo da linha de pobreza.

Seguindo Corluy e Vandembroucke (2013), analisa-se a distribuição de trabalho entre as famílias, por meio da decomposição da taxa de pobreza. Esta taxa consiste numa média ponderada da taxa de pobreza de famílias sem trabalho e a taxa de pobreza de famílias ricas em trabalho. A parcela de indivíduos em famílias ricas em trabalho, ou seja, com pelo menos um membro adulto trabalhando, é dada por: $wr = 1 - w$. Desse modo, é possível reescrever a taxa de pobreza, pob_{ht} , na localidade (unidade da federação) h no ano t , tal como:

$$pob_{ht} = w_{ht} \cdot pw_{ht} + wr_{ht} \cdot pwr_{ht} \quad (7)$$

em que,

w_{ht} = percentual da população que vive em famílias em que nenhum membro adulto trabalha

pw_{ht} = taxa de pobreza das famílias pobres em trabalho

wr_{ht} = percentual da população que vive em famílias em pelo menos um adulto trabalha

pwr_{ht} = taxa de pobreza das famílias ricas em trabalho

Variando a equação 7 ao longo do tempo e considerando $wr_h = (1 - w)_h$, tal que:

$$\Delta pob_h = \Delta w_h \cdot pw_h + w_h \cdot \Delta pw_h + \Delta wr_h \cdot pwr_h + wr_h \cdot \Delta pwr_h$$

$$\Delta pob_h = \Delta w_h \cdot pw_h + w_h \cdot \Delta pw_h + \Delta(1-w)_h \cdot pwr_h + wr_h \cdot \Delta pwr_h \quad (8)$$

Dado que $\Delta 1 = 0$ e reorganizando a segunda equação de 8, tem-se que:

$$\Delta pob_h = w_h \cdot \Delta pw_h + wr_h \cdot \Delta pwr_h + \Delta w_h \cdot pw_h - \Delta w_h \cdot pwr_h$$

$$\Delta pob_h = w_h \cdot \Delta pw_h + wr_h \cdot \Delta pwr_h + (pw_h - pwr_h) \Delta w_h \quad (9)$$

As mudanças ao longo do tempo podem ser decompostas como:

$$\Delta pob_h = \underline{w}_h \cdot \Delta pw_h + \underline{wr}_h \cdot \Delta pwr_h + (\underline{pw}_h - \underline{pwr}_h) \Delta w_h \quad (10)$$

onde, a mudança específica entre o ano $t = 2012$ e $t = 2019$ é dada por $\Delta pob_h = pob_{h2019} - pob_{h2012}$, $\underline{w}_h = 0,5w_{h2012} + 0,5w_{h2019}$ e $\underline{wr}_h = 0,5wr_{h2012} + 0,5wr_{h2019}$.

Desse modo, para Corluy e Vandembroucke (2013), a mudança na taxa de pobreza, exposta na equação 10, pode ser decomposta em três fatores: uma contribuição pela mudança na taxa de pobreza das famílias pobres em trabalho (Δpw_h); uma contribuição pela mudança na taxa de pobreza das famílias ricas em trabalho (Δpwr_h); uma contribuição pela mudança no percentual da população que vive em famílias em que nenhum membro adulto trabalha (Δw_h). Assim, a decomposição da taxa de pobreza permite uma análise mais detalhada de seus determinantes, possibilitando compreender em que medida uma alteração ao longo do tempo destes componentes provoca uma alteração na taxa de pobreza na localidade h .

Uma análise de decomposição similar é realizada por De Beer (2007), para os 15 Estados-Membros originais da União Europeia⁵ e os EUA, para o período entre 1980 e 2000. O autor percebe que, no geral, a evolução da taxa de pobreza nessas localidades é determinada, principalmente, por mudanças na taxa de pobreza de famílias ricas e pobres em trabalho.

3. Base de dados

Para a análise proposta neste estudo, utiliza-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua, divulgada trimestralmente pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de 2012. O plano amostral da referida base de dados é composto por dois estágios de seleção: (i) seleciona-se as unidades primárias de amostragem, que irão compor a amostra mestra de um trimestre, com probabilidade proporcional ao número de domicílios dentro de cada estrato definido; (ii) seleciona-se 14 domicílios particulares permanentes ocupados dentro de cada unidade primária de amostragem, por amostragem aleatória simples. O esquema de rotação da PNAD Contínua funciona da seguinte forma: a família é entrevistada um mês e sai da amostra por dois meses seguidos, repetindo essa sequência por cinco vezes. Assim, é possível acompanhar um domicílio em cinco meses distintos.

Na presente pesquisa faz-se uso dos registros da primeira entrevista do esquema de rotação da PNAD Contínua, evitando duplicidade de informações. A razão para escolher a primeira entrevista se deve ao fato dela apresentar, em média, o maior número de registros de domicílios respondentes nos anos analisados.

O período de análise compreende os anos de 2012 a 2019, excluindo o ano de 2020 devido às singularidades da conjuntura gerada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Ademais, a amostra é composta por indivíduos com idade entre 18 e 65 anos residentes no Brasil urbano⁶, conforme a literatura (GREGG, WADSWORTH, 2001; SCORZAFIVE, MENEZES FILHO, 2007; GREGG *et al.*, 2010). São consideradas apenas famílias unipessoais e nucleares⁷. Na identificação do domicílio são utilizadas as seguintes variáveis: unidade

⁵ Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha, Suécia e Reino Unido.

⁶ Devido a possibilidade de produção para próprio sustento ser maior nas áreas rurais, para este estudo considera-se somente indivíduos residentes da área urbana (SCORZAFIVE, MENEZES FILHO, 2007).

⁷ As famílias do tipo unipessoal são constituídas somente por uma pessoa responsável pelo domicílio. A nuclear é formada por pais e filhos, podendo ser do tipo casal com filhos, casal sem filhos e monoparental (IBGE, 2022).

primária de amostragem (UPA), estrato (Estrato), número do domicílio (V1008) e painel (V1014). Na seleção amostral são excluídas as famílias formadas somente por idosos. As variáveis utilizadas no cálculo da polarização da oferta de trabalho familiar condicional e não condicional e na decomposição da taxa de pobreza são reportadas no Quadro 1.

Quadro 1.1 - Variáveis selecionadas da PNAD Contínua

Características individuais, familiares e regionais	Descrição	Código da variável na PNAD Contínua
Família sem trabalho	1 = Sim; 0 = Não	UPA, Estrato, V1008, V1014, VD4001; VD4002
Família em situação de pobreza	1 = Pobre; 0 = Não pobre; ^(b)	UPA, Estrato, V1008, V1014, VD4019; V2001
Grupos de Idade	1 = 18 a 32 anos; 2 = 33 a 45 anos; 3 = 46 a 64 anos	V2009
Cor da pele	1 = Branca ou amarela; 0 = Preta ou parda	V2010
Sexo	1 = Homem; 0 = Mulher	V2007
Grau de anos de estudo	1 = 0 a 3 anos de estudo; 2 = 4 a 7 anos de estudo; 3 = 8 a 10 anos de estudo; 4 = 11 anos ou mais de estudo	VD3006
Macrorregião	1 = Norte; 2 = Nordeste; 3 = Sul; 4 = Sudeste; 5 = Centro-Oeste	UF
Região Metropolitana	1 = Sim; 0 = Não	V1023

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua de 2012 a 2019.

A taxa de pobreza é calculada observando o percentual de famílias com rendimento abaixo da linha de pobreza, em cada unidade da federação e para cada ano. Para este estudo, os valores referenciais que caracterizam a situação de pobreza baseiam-se na legislação do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2021). Desse modo, são consideradas famílias abaixo da linha de pobreza as que possuem renda familiar mensal *per capita* de até: R\$ 140,00, de 2012 a 2013; R\$ 154,00, de 2014 a 2015; R\$ 170,00, de 2016 a 2017; R\$ 178,00, de 2018 a 2019.

IV. RESULTADOS

Nesta seção, à princípio, realiza-se uma análise da composição dos agregados familiares e da distribuição do trabalho entre as famílias. A Tabela 1 apresenta as mudanças na composição familiar ao longo dos anos analisados, considerando adultos com idade entre 18 e 65 anos. No geral, há uma certa constância nos resultados ao longo do tempo. A maior mudança ocorre nos domicílios compostos por apenas um adulto, com 23,12%, em 2012, e aumentando para 25,39%, em 2019, concomitantemente a uma redução substancial das famílias com mais de 4 adultos. No caso de domicílios compostos por cinco adultos ou mais, há uma queda de 1,9 ponto percentual, de 2012 para 2019.

Baseado na equação 3, calcula-se para cada ano o índice de polarização da oferta de trabalho familiar, conforme Gregg e Wadsworth (2001, 2008) e Gregg *et al.* (2010). A Figura 2 apresenta os resultados da polarização para o Brasil. Para uma análise mais detalhada, serão analisados os componentes do índice de polarização separadamente. Percebe-se que a partir de 2014, ano de início da crise econômica, a distribuição do trabalho torna-se cada vez menos desigual entre as unidades familiares.

Tabela 1 - Domicílios por número de adultos, Brasil urbano, 2012-2019 (em percentual)

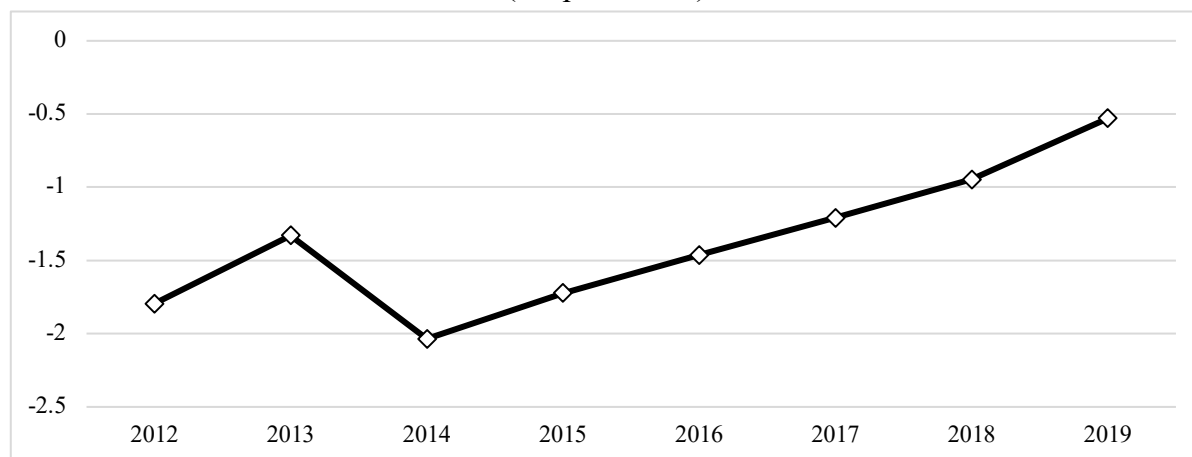
Ano	Número de adultos na família				
	1	2	3	4	5 ou mais
2012	23,12	52,70	12,80	4,10	7,28
2013	24,05	53,19	12,60	3,62	6,55
2014	24,99	51,59	12,93	3,79	6,71

2015	24,20	53,09	12,96	3,73	6,02
2016	23,99	52,70	13,30	3,75	6,27
2017	23,38	52,88	13,70	3,76	6,29
2018	24,29	52,78	13,50	3,83	5,59
2019	25,39	52,00	13,60	3,63	5,38

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua de 2012 a 2019.

A polarização da oferta de trabalho familiar brasileira apresenta uma trajetória crescente, porém permanece negativa. Essa trajetória ascendente representa uma aproximação entre a taxa real e a taxa prevista de não trabalho familiar, entre 2014 e 2019. Resultados negativos para a polarização da oferta de trabalho no cenário nacional já foram encontrados nos trabalhos de Scorzafave e Menezes Filho (2007) e Brito e Oliveira (2021). O primeiro, analisando o intervalo de 1981 a 2003 e o segundo de 1993 a 2015. Complementando os achados de Brito e Oliveira (2021), o presente estudo mostra que o resultado para polarização continua crescendo e tendendo a zero, apresentando queda apenas de 2013 para 2014. Ademais, Gregg *et al.* (2010) também encontram resultados negativos e crescentes, tendendo a zero, em seus estudos para Espanha e Alemanha, nos anos de 1977 a 2005. No que se refere à trajetória do índice de polarização da oferta de trabalho, Gregg e Wadsworth (2008) e Gregg *et al.* (2010), numa análise para alguns países da Europa e Estados Unidos entre as décadas de 1970 e 2000, encontram que a polarização da oferta de trabalho continuará crescente, porém, se manterá abaixo de 0,1.

Figura 2 - Evolução da polarização da oferta de trabalho familiar, Brasil urbano, 2012-2019 (em percentual)



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua de 2012 a 2019.

A Figura 3 apresenta as taxas de famílias sem trabalho observadas (eixo horizontal) e previstas (eixo vertical) para cada unidade da federação nos anos de 2012 e 2019. Uma polarização igual a zero posiciona as localidades sobre a linha tracejada, ou seja, o trabalho é distribuído aleatoriamente. Acima da linha tracejada estão as localidades com resultados negativos para polarização e abaixo da linha estão as localidades com resultados positivos. A distância até a linha tracejada representa a magnitude da medida de polarização.

Se a proporção de famílias unipessoais aumentar, a taxa de não trabalho individual pode influenciar o aumento das famílias sem trabalho, uma vez que, *ceteris paribus*, a probabilidade de nenhum adulto trabalhar no referido tipo de família é maior. Assim, a probabilidade de famílias sem trabalho aumenta conforme o tamanho do agregado familiar diminui (GREGG, WADSWORTH, 2001, 2008; GREGG *et al.*, 2010).

Algumas localidades quase não sofrem alterações em seus índices de 2012 a 2019, tal como Amapá (AP), Sergipe (SE), Espírito Santo (ES), Santa Catarina (SC) e Distrito Federal (DF). No geral, as unidades da federação (UFs), com exceção do Pará (PA), Amapá (AP) e

Sergipe (SE), apresentaram aumento da polarização da oferta de trabalho familiar. Destaca-se que, na região Nordeste, de 2012 para 2019, os índices de polarização aumentam, aproximando-se de zero na maioria dos estados. O aumento no índice de polarização pode ser explicado pelo aumento na incidência de domicílios compostos por apenas um adulto, conforme exposto na Tabela 1, dado que alterações na estrutura domiciliar em direção a domicílios com apenas um adulto gera mais domicílios sem trabalho, tudo o mais mantido constante (GREGG *et al.*, 2010).

Em 2012, apenas Santa Catarina apresenta um índice maior que zero, já em 2019, todos os estados da região Sul apresentam um índice positivo – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O fato da medida de polarização do Paraná e Rio Grande do Sul terem se tornado positiva de 2012 para 2019 significa que a distribuição do trabalho gera mais famílias sem trabalho do que seria constatado caso o trabalho fosse distribuído aleatoriamente, em 2019.

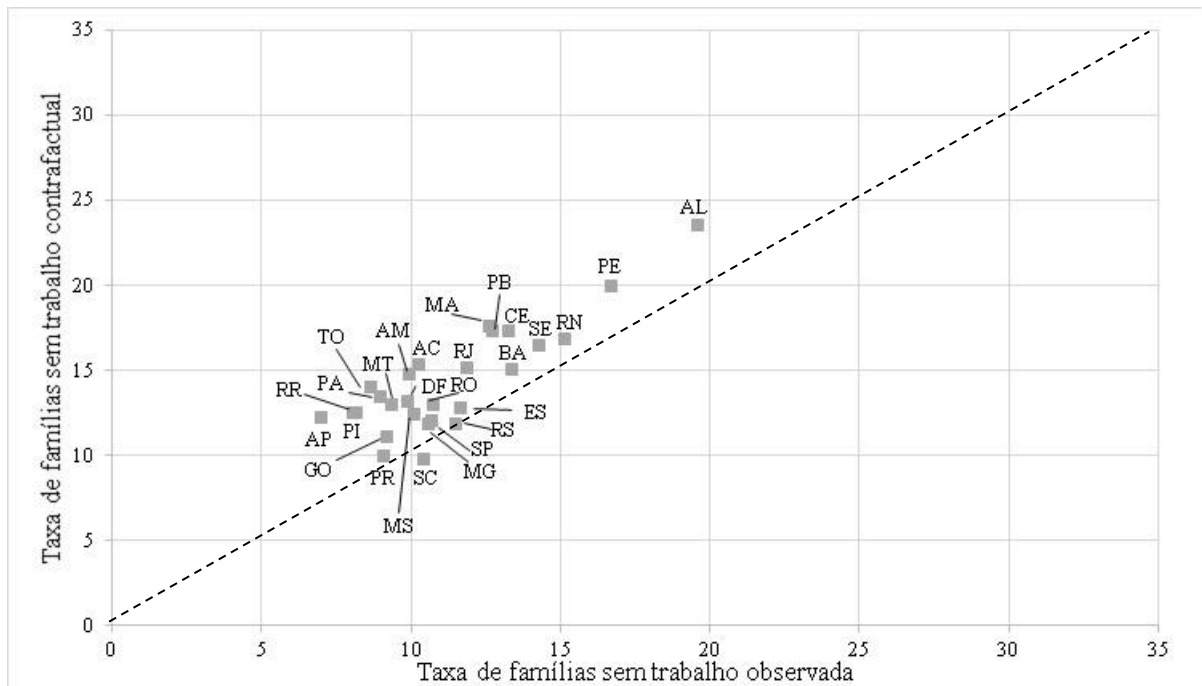
As maiores taxas de famílias sem trabalho observada pertencem as localidades da região Nordeste nos dois anos analisados, mais especificamente, Maranhão (de 12,62%, em 2012, para 20,76%, em 2019), Piauí (8,21% para 14,56%), Rio Grande do Norte (15,19% para 17%), Paraíba (12,73% para 19,62%), Pernambuco (16,73% para 18,83%), Alagoas (19,6% para 26,86%) e Bahia (13,39% para 16,64%). Em todos os estados, com exceção do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, o número de famílias sem trabalho aumenta de 2012 para 2019, e os maiores aumentos deste período estão concentrados na região Nordeste. Esse achado para referida região não é inédito, Brito e Oliveira (2021) já haviam detectado uma alta probabilidade de estar em famílias sem trabalho para residentes urbanos da região Nordeste nos anos de 1993, 2005 e 2015.

No Sudeste, o maior aumento de famílias sem trabalho concentra-se no Rio de Janeiro, aumentando de 11,91%, em 2012, para 16% das famílias, em 2019. Na região Sul, as taxas de famílias sem trabalho aumentam de maneira menos expressiva, comparativamente ao resto do Brasil. Dentre todas as localidades analisadas, no período observado, a menor variação da taxa de famílias sem trabalho pertence ao Mato Grosso do Sul (de 10,11% para 9,79%) e Mato Grosso (de 9,36% para 8,63%), que apresentam uma sensível queda.

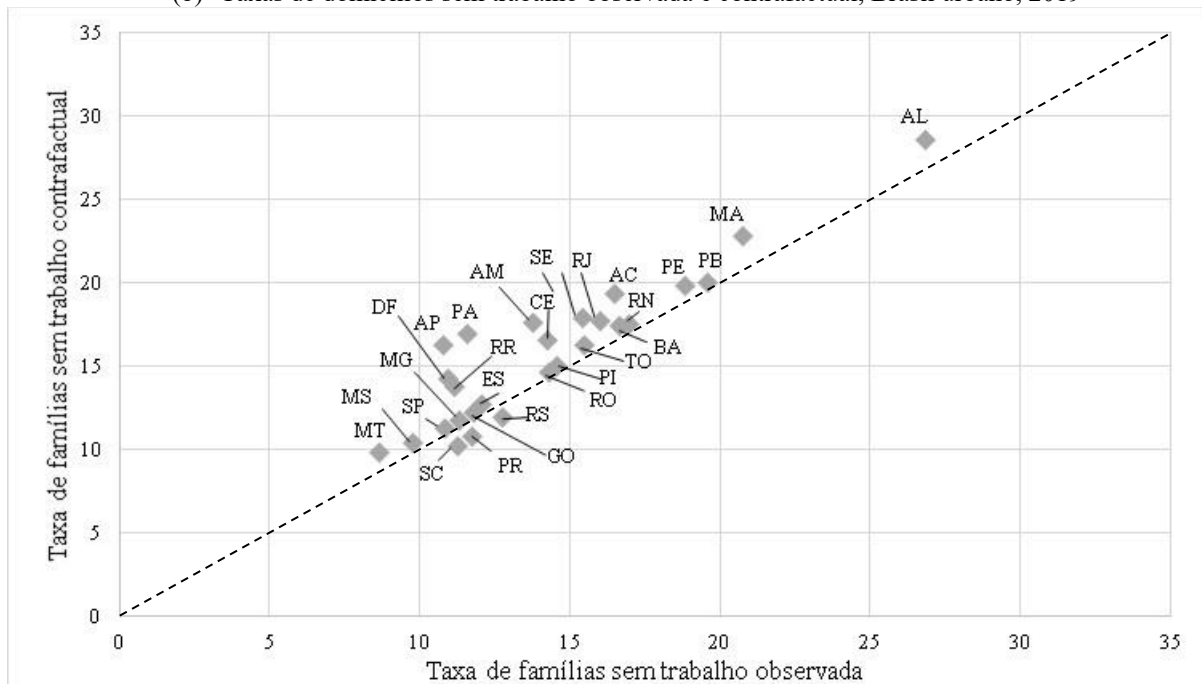
Conforme já mencionado, no Brasil, é possível constatar um aumento na taxa de famílias sem trabalho de 11,35%, em 2012, para 13,19%, em 2019. No geral, a taxa de não trabalho observada aumenta para maioria das UFs de 2012 para 2019 e para o Brasil. Em 2012, cerca de 40% das unidades federativas apresentam taxas de famílias sem trabalho maiores do que a observada para o país, ao passo que em 2019 esse percentual sobe para 51%.

Figura 3 – Famílias sem trabalho observado e contrafactual, Brasil urbano, 2012-2019 (em percentual)

(a) Taxas de domicílios sem trabalho observada e contrafactual, Brasil urbano, 2012



(b) Taxas de domicílios sem trabalho observada e contrafactual, Brasil urbano, 2019



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua de 2012 a 2019. Região Norte: RO = Roraima; AC = Acre; AM = Amazonas; RR = Roraima; PA = Pará; AP = Amapá; TO = Tocantins. Região Nordeste: MA = Maranhão; PI = Piauí; CE = Ceará; RN = Rio Grande do Norte; PB = Paraíba; PE = Pernambuco; AL = Alagoas; SE = Sergipe; BA = Bahia. Região Sudeste: MG = Minas Gerais; ES = Espírito Santo; RJ = Rio de Janeiro; SP = São Paulo. Região Sul: PR = Paraná; SC = Santa Catarina; RS = Rio Grande do Sul. Região Centro-oeste: MS = Mato Grosso do Sul; MT = Mato Grosso; GO = Goiás; DF = Distrito Federal.

Examinando a taxa familiar de não trabalho observada condicional (w_k), é possível observar qual seria a taxa familiar de não trabalho entre os indivíduos de acordo com algumas características observáveis, considerando sexo, cor da pele, idade, escolaridade, macrorregião e região metropolitana, conforme Tabela 2. No condicionamento por sexo é possível observar que a taxa de famílias sem trabalho entre as unidades familiares chefiadas por mulheres é superior a taxa geral de famílias sem trabalho brasileira (11,35%, em 2012, e 13,19%, em 2019),

ao passo que essa mesma taxa para famílias chefiadas por homens é inferior a taxa geral nos dois anos analisados. Ressalta-se o valor elevado da taxa observada de não trabalho para famílias chefiadas por mulheres, 18,74%, em 2012, e 16,63%, em 2019. Os valores para a taxa real de não trabalho para famílias chefiadas por homens são mais modestos, assim como os valores da taxa prevista, mesmo ambas aumentando de 2012 para 2019. Entretanto, observa-se uma variação positiva na taxa de famílias sem trabalho com principal responsável homem, que pode ser explicada pela maior participação da mulher no mercado de trabalho, elevando a concorrência por postos de trabalho.

Percebe-se, então, um componente de gênero nesses resultados, tal como encontrado por Scorzafave e Menezes Filho (2007). Resultados semelhantes também são encontrados por Gregg *et al.* (2010), para alguns países da Europa e os EUA, e Dawkins *et al.* (2002), para Austrália. Uma explicação para esse fato são os possíveis efeitos negativos das tarefas domésticas e cuidado com os filhos sobre a participação na força de trabalho das mulheres. Nesse sentido, dado que as famílias de principal responsável mulher são, em sua maioria, monoparentais e que, por vezes, a mulher é a única adulta da família, as chances de ser uma família sem trabalho são altas, conforme observado na Tabela 2 (GREGG, WADSWORTH, 2001, 2008; GREGG *et al.*, 2010).

Tabela 2 – Taxa familiar de não trabalho condicionais, Brasil urbano, 2012-2019

Características do principal responsável pela família		Taxa familiar de não trabalho observada condicional (w_k)			Taxa familiar de não trabalho prevista condicional (\hat{w}_k)		
		2012	2019	Variação (p.p.)	2012	2019	Variação (p.p.)
Sexo	Mulher	18,74	16,63	-2,11	25,88	22,01	-3,87
	Homem	7,58	10,13	2,55	5,16	7,11	1,95
Cor da pele	Pardo e negro	11,58	14,29	2,71	14,35	15,33	0,98
	Branco e amarelo	11,13	11,85	0,72	12,09	11,98	-0,10
Idade	18 a 32 anos	7,93	9,30	1,37	14,93	16,87	1,94
	33 a 45 anos	6,25	7,19	0,94	8,31	7,64	-0,67
	46 a 65 anos	17,23	19,50	2,27	17,35	17,70	0,35
Escolaridade	0 a 3 anos	23,71	32,54	8,83	27,48	35,21	7,73
	4 a 7 anos	14,19	20,44	6,25	17,67	19,96	2,29
	8 a 10 anos	10,36	13,81	3,45	14,26	16,12	1,87
	11 anos ou mais	7,50	8,90	1,40	9,74	10,55	0,81
Macrorregião	Norte	9,35	12,97	3,62	13,69	16,70	3,01
	Nordeste	14,14	17,68	3,54	17,10	18,83	1,72
	Sudeste	10,97	12,01	1,04	12,54	12,55	0,01
	Sul	10,41	12,04	1,63	10,63	11,09	0,46
	Centro-oeste	9,54	10,71	1,17	12,01	11,83	-0,18
Região metropolitana	Não	11,77	13,58	1,81	12,89	13,65	0,76
	Sim	10,85	12,72	1,87	13,46	13,81	0,35

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua de 2012 a 2019.

Nota: Para fins de comparação, no Brasil, a taxa familiar de não trabalho observada (w), em 2012, era de 11,35%, aumentando para 13,19%, em 2019. A taxa familiar de não trabalho prevista (\hat{w}), em 2012, assumia o valor de 13,14%, de modo que, em 2019, assume o valor de 13,72%.

Por sua vez, a taxa de famílias sem trabalho real e prevista condicionada pela cor da pele apresenta valores mais altos para famílias chefiadas por indivíduos pardos ou pretos, quando comparados a brancos e amarelos. Quase não há mudança na taxa de famílias sem trabalho destes últimos de 2012 para 2019, porém há um aumento de 2,71 p.p. quando o principal responsável da família é pardo ou preto neste intervalo de tempo. Esses resultados

corroboram ao fato de que pessoas pardas ou pretas apresentam maiores desigualdades e vulnerabilidades no mercado de trabalho (IBGE, 2018).

Quando se observa a idade do principal responsável pela família o que desperta maior atenção são os valores para as taxas reais de não trabalho de famílias chefiadas por indivíduos com idade entre 46 e 65 anos, que aumenta de 17,23% para 19,50%, de 2012 para 2019. Para famílias cujo principal responsável tem menos de 3 anos de estudo observa-se uma taxa de não trabalho relativamente elevada quando comparada aos demais grupos de escolaridade. Em 2012, 23,71% das famílias com principal responsável com menos de 3 anos de estudo eram famílias sem nenhum adulto inserido no mercado de trabalho, tal percentual alcança 32,54% dos lares, em 2019. Para famílias cujo principal responsável tem mais de 11 anos de estudo verifica-se uma taxa de não trabalho baixa, em torno de 7,50%, em 2012, aumentando para 8,90%, em 2019. Conforme Leme e Wajnman (2000), famílias com trabalho tendem a ser mais escolarizadas.

Na análise regional são consideradas as cinco regiões do Brasil. Os valores mais altos da taxa familiar de não trabalho condicional pertencem a região Nordeste, o que já era esperado devido as altas taxas observadas de não trabalho nas UFs que compõem tal região – todas acima de 14% em 2019, conforme Figura 3. O fato de o domicílio está localizado na região metropolitana aumenta a taxa de famílias sem trabalho moderadamente em 1,87 pontos percentuais, de 2012 para 2019. Quando se compara os resultados do domicílio localizado em região metropolitana e o que não está localizado, verifica-se que ambas as taxas são elevadas, porém a taxa de família sem trabalho dos que não estão localizados na região metropolitana mostra-se maior.

Observa-se, a partir da sexta coluna da Tabela 2, que a taxa de famílias sem trabalho prevista é maior, comparativamente à observada quando se considera a distribuição aleatória do trabalho por sexo, cor da pele, idade, escolaridade e região. Resultado similar foi encontrado por Scorzafave e Menezes Filho (2007) para o ano de de 1981 a 2003 no Brasil, considerando os atributos idade, educação, região e sexo. As famílias com principal responsável do sexo feminino apresentam uma taxa prevista de 25,88%, em 2012, e 22,01%, em 2019. Tais resultados são, significativamente, superiores as taxas de famílias sem trabalho observada condicional para os dois anos analisados – a citar 13,14%, em 2012, e 13,72%, em 2019. Para o caso de famílias em que o principal responsável é do sexo masculino tem-se uma taxa condicional prevista menor do que a taxa observada. Assim, no caso de uma distribuição aleatória do trabalho, as famílias chefiadas por homens estariam numa situação melhor do que no caso efetivamente observado, o que pode ser explicado pela crescente inserção da mulher do mercado de trabalho e pelo fato de que a maioria das famílias monoparentais tem uma mulher como principal responsável.

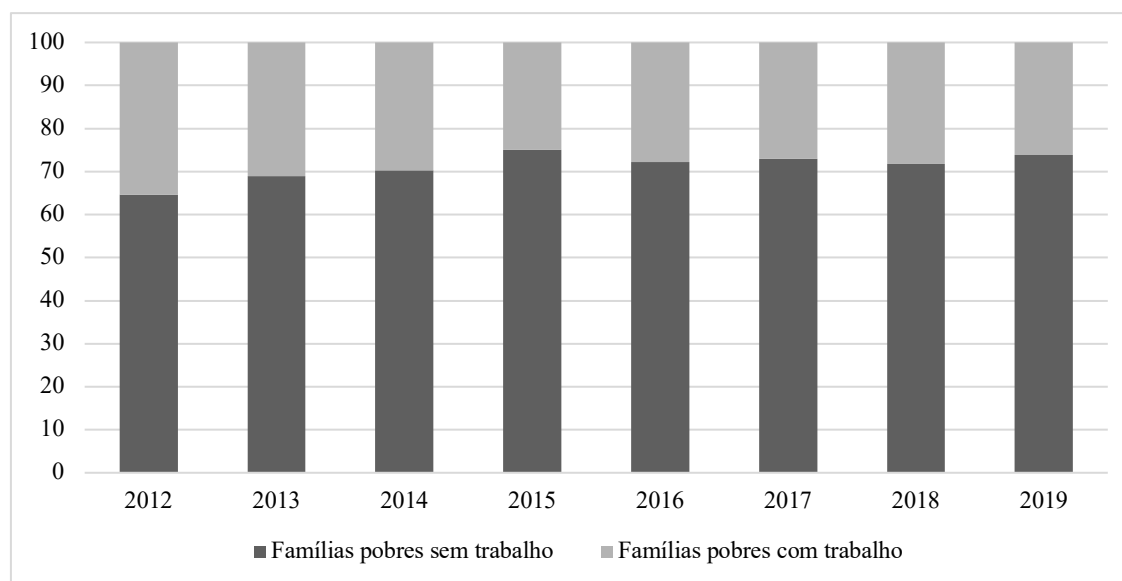
As famílias com principal responsável com idade entre 18 e 32 anos apresentariam uma taxa de famílias sem trabalho maior no caso de uma distribuição aleatória hipotética do trabalho. Situação similar observa-se para os responsáveis pela família com escolaridade menor que três anos de estudo, sua taxa de não trabalho observada é menor que na situação hipotética. Em todos os casos, exceto para principais responsáveis do sexo masculino, a distribuição aleatória do trabalho aumentou a taxa de famílias sem trabalho.

A Figura 4 apresenta a composição das famílias pobres por *status* ocupacional dos adultos⁸, evidenciando o impacto da taxa de famílias sem trabalho na taxa de pobreza. O percentual de famílias pobres sem trabalho cresceu de 2012 para 2019, ao passo que o percentual de famílias pobres com trabalho diminuiu. Verifica-se uma maior participação das famílias sem nenhum adulto trabalhando no total de famílias que estão abaixo da linha da

⁸ O percentual de famílias pobres sem trabalho refere-se à parcela de famílias sem trabalho (nenhum adulto está inserido ativamente no mercado de trabalho) do total de famílias pobres; o percentual de famílias pobres com trabalho (pelo menos algum adulto está inserido ativamente no mercado de trabalho) se refere à parcela de famílias com trabalho do total de famílias pobres.

pobreza. Outro achado interessante é o alto percentual de famílias pobres com trabalho, variando entre 35% e 26 % entre os anos 2012 e 2019.

Figura 4 – Composição das famílias pobres por status ocupacional dos adultos, Brasil urbano, 2012-2019 (em percentual)



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua de 2012 a 2019.

A taxa de pobreza é dada pelo percentual de famílias pobres do total de famílias da amostra. A partir da equação 7, esta taxa é decomposta, de modo que a taxa de pobreza consiste na soma do produto do percentual de famílias sem trabalho (w) e sua taxa de pobreza (pw) e do produto do percentual de famílias com trabalho (wr) e sua respectiva taxa de pobreza (pwr)⁹. Simplificando, o percentual de famílias em situação de pobreza é a soma da parcela de famílias pobres sem trabalho e da parcela de famílias pobres com trabalho do total de famílias da amostra.

Do total de famílias, em 2012, aproximadamente, 12% são sem trabalho e 88% com trabalho, ao passo que, em 2019, 13,55% não tinham trabalho e 86,45% tinham algum trabalho. Em função da falta de renda proveniente do trabalho, em média, 98% das famílias sem trabalho estão em situação de pobreza, os outros 2% são famílias sem trabalho com alguma renda não proveniente do trabalho, suficiente para que tais famílias não vivencie uma situação de pobreza.

A Tabela 3 ilustra a decomposição das taxas de pobreza familiar das UFs e do Brasil. Observa-se que 70% das localidades analisadas apresentam um aumento na taxa de pobreza de 2012 para 2019. O maior aumento da taxa de pobreza pertence ao estado do Amapá (de 18,47%, em 2012, para 23,62%, em 2019), na macrorregião Norte.

Os maiores valores para o percentual de famílias sem trabalho pertencem aos estados da macrorregião Nordeste. Localidades como Maranhão, Paraíba e Alagoas apresentam um crescimento de, aproximadamente, 7 p.p. na taxa de famílias sem trabalho de 2012 para 2019. Pernambuco, por sua vez, apresenta uma alta taxa de famílias sem trabalho, 17,13%, em 2012, e atinge um percentual de 19,29% dos lares, em 2019. Cabe ressaltar que, em 2019, o estado enfrentou emergência em diversos municípios, devido à seca severa, o que pode explicar a alta taxa de famílias sem trabalho registrada no ano (IBGE, 2020).

Tabela 3 – Pobreza e trabalho nas famílias, Brasil urbano, 2012-2019 (em percentual)

UF	pob	w	wr	pw	pwr
----	-------	-----	------	------	-------

⁹ O w se refere ao percentual de famílias sem trabalho do total de famílias; wr , o percentual de famílias com trabalho do total de famílias; pw se refere ao percentual de famílias pobres do total de famílias sem trabalho; e o pwr ao percentual de famílias pobres do total de famílias com trabalho.

	2012	2019	2012	2019	2012	2019	2012	2019	2012	2019
RO	15,98	19,70	11,08	14,72	88,92	85,28	97,98	99,10	5,76	5,99
AC	23,18	26,69	10,59	16,92	89,41	83,08	98,93	98,96	14,21	11,97
AM	21,65	24,35	10,24	14,13	89,76	85,87	98,66	98,26	12,86	12,18
RR	14,71	18,76	8,31	11,49	91,69	88,51	99,95	91,47	6,99	9,32
PA	23,47	23,81	9,27	11,91	90,73	88,09	96,41	99,50	16,02	13,58
AP	18,47	23,62	7,19	11,07	92,81	88,93	95,61	99,95	12,49	14,11
TO	20,37	21,68	8,90	15,90	91,10	84,10	94,47	99,16	13,13	7,03
MA	35,46	36,56	12,95	21,24	87,05	78,76	98,69	98,39	26,05	19,88
PI	26,48	29,40	8,43	14,94	91,57	85,06	96,98	98,52	19,99	17,26
CE	33,84	26,22	13,62	14,61	86,38	85,39	99,11	98,13	23,55	13,91
RN	26,17	28,89	15,58	17,43	84,42	82,57	99,02	99,95	12,72	13,89
PB	30,80	33,36	13,05	20,09	86,95	79,91	98,42	99,50	20,65	16,73
PE	31,32	29,56	17,13	19,29	82,87	80,71	99,51	99,32	17,22	12,89
AL	32,76	34,97	20,05	27,45	79,95	72,55	97,72	99,53	16,47	10,54
SE	27,47	26,63	14,69	15,82	85,31	84,18	99,95	99,95	14,99	12,86
BA	26,68	27,68	13,75	17,07	86,25	82,93	99,82	99,70	15,03	12,86
MG	16,66	15,01	10,89	11,65	89,11	88,35	99,60	98,60	6,53	3,98
ES	16,34	15,84	12,02	12,40	87,98	87,60	98,88	95,97	5,07	4,50
RJ	15,19	18,53	12,23	16,41	87,77	83,59	98,84	98,65	3,52	2,80
SP	12,61	12,78	11,01	11,13	88,99	88,87	97,14	97,17	2,15	2,21
PR	11,80	14,12	9,37	12,10	90,63	87,90	96,88	98,46	3,00	2,51
SC	12,44	12,09	10,76	11,59	89,24	88,41	97,49	96,77	2,18	0,99
RS	15,29	14,49	11,83	13,13	88,17	86,87	98,41	98,30	4,14	1,82
MS	13,39	13,53	10,40	10,08	89,60	89,92	94,10	95,69	4,02	4,32
MT	12,44	10,53	9,62	8,88	90,38	91,12	94,27	96,97	3,73	2,10
GO	12,65	14,09	9,50	12,12	90,50	87,88	98,01	98,14	3,69	2,49
DF	12,34	12,62	10,17	11,28	89,83	88,72	95,68	98,80	2,91	1,66
BR	17,70	18,04	11,66	13,55	88,34	86,45	98,17	98,31	7,08	5,47

Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua de 2012 a 2019.

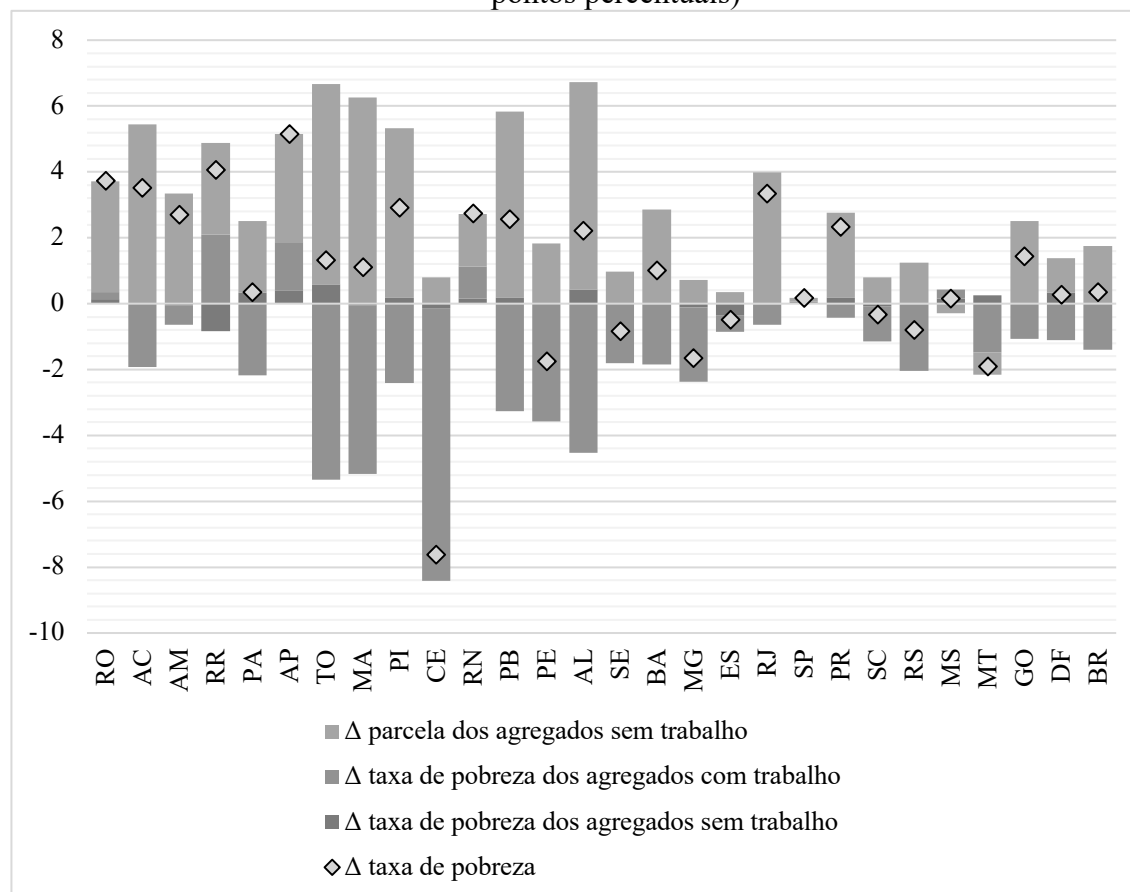
A equação 10 apresenta a decomposição das mudanças na taxa de pobreza ao longo do tempo, permitindo compreender os fatores que impactam na mudança da referida taxa ao longo do período analisado. A Figura 5 evidencia os resultados obtidos a partir desta equação. Para o Brasil, os achados mostram uma elevação moderada da taxa de pobreza familiar (0,34 p.p.), proveniente do aumento observado na parcela de famílias sem trabalho. Assim como no estudo de Graaf-Zijl e Nolan (2011) para os países da União Europeia em 2006, observa-se que a nível agregado no Brasil verifica-se uma baixa associação entre a taxa de pobreza e famílias sem trabalho.

Separando a análise por macrorregiões, verifica-se que em todas as regiões a variação da taxa de pobreza tem como principal determinante as variações positivas do percentual de famílias sem trabalho. Na macrorregião Norte, todos os estados apresentam um aumento na taxa de pobreza de 2012 para 2019, destacando o Amapá (+5,15 p.p.). Desta variação, 63,6% é resultado de um aumento no percentual de famílias sem trabalho, enquanto 7,7% resulta de uma variação na taxa de pobreza de famílias sem trabalho e 28,7% provém de uma variação na taxa de pobreza de famílias com trabalho.

Na região Nordeste, destaca-se a situação do estado do Ceará que apresenta uma queda na taxa de pobreza, causada principalmente por uma redução na taxa de pobreza das famílias com trabalho. No caso da Paraíba, houve uma queda na taxa de pobreza das famílias com trabalho que foi compensado por um aumento no percentual de famílias sem trabalho, resultando numa variação positiva da taxa de pobreza de 0,34 p.p. de 2012 para 2019. O estado de Pernambuco apresenta uma queda moderada na taxa de pobreza (-1,76 p.p.) proveniente da redução na taxa de pobreza de famílias com trabalho. No geral, a maioria das localidades do Nordeste apresentam aumento na taxa de pobreza familiar no período analisado.

Historicamente, a região Nordeste convive com altas taxas de pobreza, de modo que residir nesta região está entre as características que aumentam substancialmente as chances de pobreza (ROCHA, 2006). Conforme Rocha (2006), se, simultaneamente, o principal responsável da família for do sexo feminino, preto ou pardo, empregado informal ou desempregado, ter menos de quatro anos de escolaridade, residir na região Nordeste e na área rural, a probabilidade de pobreza da família é de 95%.

Figura 5 – Decomposição das mudanças na taxa de pobreza, Brasil urbano, 2012-2019 (em pontos percentuais)



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Contínua de 2012 a 2019. Nota: Δ refere-se à variação.

Na região Sudeste, o estado do Rio de Janeiro apresenta a maior elevação na taxa de pobreza familiar (3,34 p.p.), devido ao aumento no percentual de famílias sem trabalho, de 2012 para 2019. Na região Sul, tanto Santa Catarina quanto Rio Grande do Sul mostram uma variação negativa mínima na taxa de pobreza familiar no período analisado, ao passo que o Paraná registra um aumento de 2,32 p.p. na sua taxa de pobreza em função do aumento no percentual de famílias sem trabalho.

Na região Centro-oeste, as variações do indicador de pobreza de 2012 para 2019 são modestas. Mato Grosso do Sul apresenta a menor variação da taxa de pobreza (+0,15 p.p.), ao passo que Mato Grosso apresenta a maior variação (-1,92 p.p.), em termos absolutos. Em ambos os casos, variações na taxa de pobreza de famílias com trabalho contribuiu em grande parte para os resultados de pobreza apresentados.

Percebe-se que na composição da taxa de pobreza familiar há participação majoritária de variações no percentual de famílias sem trabalho. As mudanças nos percentuais de famílias pobres sem trabalho pouco contribuem para o resultado. Neste período, os outros componentes da decomposição da variação da taxa de pobreza familiar foram mais relevantes para explicar as mudanças na referida taxa. Em síntese, os achados evidenciam como as famílias sem trabalho afetam as alterações na taxa de pobreza ao longo do tempo.

V. CONCLUSÃO

Este estudo tem por objetivo investigar a polarização da oferta de trabalho familiar e a taxa de famílias sem trabalho, de modo a se aprofundar na compreensão da composição e da trajetória da taxa de pobreza das famílias no Brasil urbano, de 2012 a 2019. A partir dos dados da PNAD Contínua é possível acompanhar as taxas de famílias sem trabalho real e prevista, e realizar a decomposição da taxa de pobreza familiar em três componentes: a pobreza entre as famílias sem trabalho, a pobreza entre as famílias com trabalho e a parcela de famílias sem trabalho.

Na análise da polarização verifica-se uma taxa negativa para o país em todo o período. Para maior parte dos estados, encontra-se um índice de polarização da oferta de trabalho familiar negativo, porém, crescente, tendendo a zero. Os maiores aumentos do índice de polarização pertencem aos estados da região Nordeste, assim como as maiores taxas de famílias sem trabalho.

Os resultados revelam altas taxas de famílias sem trabalho entre as famílias chefiadas por mulheres e entre as famílias chefiadas por indivíduos pretos e pardos. Isso reforça o estado de vulnerabilidade dos indivíduos que possuem estas características na conjuntura nacional, marcada por fortes desigualdades.

Na análise da decomposição da taxa de pobreza familiar, é possível constatar que o percentual de famílias sem trabalho em todas as localidades analisadas compõe a maior parte da taxa de pobreza, e da variação da mesma entre 2012 e 2019. A variação na taxa de pobreza de famílias sem trabalho pouco contribui para os resultados de variação da taxa de pobreza encontrados, ao passo que variações na taxa de famílias pobres com trabalho são fundamentais para as variações da taxa de pobreza, principalmente no caso de variações negativas. É possível que as transferências governamentais possam assumir um papel crucial na explicação do porquê de variações na taxa de pobreza de famílias sem trabalho impactar minimamente na variação da taxa de pobreza no período estudado. Observou-se grandes divergências entre as variações da taxa de pobreza de cada UF, porém aprofundar-se na compreensão destes resultados está além do escopo deste trabalho.

Portanto, o presente estudo evidencia a incidência elevada de famílias sem trabalho, principalmente no Nordeste. É função do governo amparar a inserção de indivíduos desocupados no mercado de trabalho, qualificando-os e ajudando-os a garantir o direito a uma vida digna por meio de um trabalho honesto que permita prover sua subsistência e a de sua família. Logo, espera-se o desenvolvimento ou retomada de programas sociais e políticas de inclusão no mercado de trabalho, ações de melhoria na educação, criação de empregos e criação de creches, de modo a auxiliar na transição dos membros da família para situação de trabalho. Por fim, como avanços futuros, sugere-se mais comparações de resultados do impacto de famílias sem trabalho sobre a pobreza entre países, avaliando políticas voltadas ao aumento dos postos de emprego e redução da pobreza, de forma a encontrar boas ações que possam servir de modelo para o Brasil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Infância e adolescência no Brasil: as consequências da pobreza diferenciada por gênero, faixa etária e região de residência. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 355-376, 1991.

BRASIL. **Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018**. Altera o decreto nº 5.209, de 17 de

setembro de 2004, e o decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, para reajustar valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os de benefícios do programa bolsa família. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 01 de Junho de 2018. Disponível em: <
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5209&ano=2004&ato=516oXWU5keRpWT36b>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

BRITO, D. J. M.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Dinâmica da polarização da oferta de trabalho familiar no Brasil urbano. **Nova Economia**, v. 31, n. 1, p. 185-216, 2021.

CORLUIY, V.; VANDENBROUCKE, F. **Individual Employment, Household Employment and Risk of Poverty in the EU: A Decomposition Analysis**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, dec. 2013, 70p.

DAWNKINS, P.; GREGG, P.; SCUTELLA, R. Employment Polarisation in Australia. **United Kingdom: The Centre for Market and Public Organisation-Department of Economics at University of Bristol (CMPO Working Paper, 02/50)**, p. 1-53, jul. 2002.

DE BEER, P. Why work is not a panacea: a decomposition analysis of EU-15 countries. **Journal of European Social Policy**, v. 17, n. 4, p. 375-388, 2007.

DICKENS, R.; ELLWOOD, D. T. Whither Poverty in Great Britain and the United States? The Determinants of Changing Poverty and Whether Work Will Work. **National Bureau of Economics Research**, Cambridge, n. 8253, p. 1-83, 2001.

ERCOLANI, M. G.; JENKINS, S.P. The Polarisation of Work and the Distribution of Income in Britain. **Institute for Labour Research and ESRC: Research Centre on Micro-Social Change University of Essex**, mar. 1998.

GRAAF-ZIJL, M.; NOLAN, B. Household Joblessness and its Impact on Poverty and Deprivation in Europe. **Journal of European Social Policy**, Amsterdam, AIAS, GINI Discussion Paper 5, p. 1-49, jan. 2011.

GREGG P.; WADSWORTH, J. More work in fewer households? In: HILLS, J. (Org.). **New Inequalities**, London: Cambridge University Press, p. 181-207, 1996.

GREGG, P.; WADSWORTH, J. Everything you ever wanted to know about measuring worklessness and polarization at the household level but were afraid to ask. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 63, special issue, p. 777-806, 2001.

GREGG, P.; WADSWORTH, J. Two Sides to Every Story: Measuring the Polarization of Work. **Journal of the Royal Statistical Society**, v.171, n.4, p. 857-875, 2008.

GREGG, P.; HANSEN, K.; WADSWORTH, J. The Rise of the Workless Households. **The State of Working Britain**. Manchester University Press: Manchester and New York, p. 1-19, 1999.

GREGG, P.; HANSEN, K.; WADSWORTH, J. Poles Apart: Labour Market Performance and the Distribution of Work Across Households. **World Economics Journal**, v. 1, p. 1-18, 2000.

GREGG, P.; SCUTELLA, R.; WADSWORTH, J. Reconciling workless measures at the individual and household level. Theory and evidence from the United States, Britain, Germany,

Spain and Australia. **Journal of Population Economics**, v. 23, p. 139-167, 2010.

GRAAF-ZIJL, M.; NOLAN, B. Household Joblessness and its Impact on Poverty and Deprivation in Europe. **Journal of European Social Policy**, v. 21, n. 5, p. 49, dez. 2011.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas, Informação demográfica e socioeconômica, n. 39. Rio de Janeiro: IBGE, 2018, 149p.

LEHMANN, H.; WADSWORTH, J. New jobs, worklessness and households in Poland. **European Economic Review**, v. 41, p. 915-923, 1997.

MONTALI, L.; LIMA, M. T. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 2, p. 211-231, jul./dez. 2008.

MONTALI, L.; LIMA, M. T. Arranjos domiciliares e vulnerabilidade ao empobrecimento: aspectos metodológicos e empíricos. **Revista Latino Americana de Población**, v. 8, n. 14, jan./jun. 2014.

NOLEN, P. Unemployment and Family-Values: A Household Distribution Sensitive Measure of Unemployment and Some Applications. **Cornell University: Center for Analytic Economics**, p. 1-31, jan. 2006.

OECD. **Recent labour market developments and prospects**. Paris: OECD, 1998, 216p.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil. Afinal, do que se Trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 244p.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES FILHO, N. A. Famílias com trabalho e famílias sem trabalho: evidências de polarização para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 563-584, jul./set. 2007.